

PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAIS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO): UMA ABORDAGEM FENOM- ENOLÓGICA A PARTIR DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Carla Urbanek Teixeira Silva¹ & Lucas Barbosa e Souza²

¹Eng. Ambiental Mestre em Ciências do Ambiente pela UFT
106 Sul Al. 04 Lote 28 Apto 208 Residencial Veneza, Palmas-TO, CEP 77020-072
Rua 3, Quadra 17, s/n, Jardim dos Ipês, Porto Nacional - TO, CEP 77500-000
carlaurbanek@hotmail.com;
(63) 8403-1686;

²Geógrafo, Doutor em Geografia pela UFT
106 Sul Al. 04 Lote 28 Apto 208 Residencial Veneza, Palmas-TO, CEP 77020-072
Rua 3, Quadra 17, s/n, Jardim dos Ipês, Porto Nacional - TO, CEP 77500-000
lbsgeo@uft.edu.br;
(63) 3363-0552;

Recebido 09 de Setembro de 2009, aceito 15 de Fevereiro de 2014

RESUMO - O crescimento urbano e o modelo desordenado de ocupação do espaço têm contribuído para o surgimento e o agravamento de problemas ambientais urbanos, requerendo ações de planejamento e gestão adequados. Com base nesse quadro, esta pesquisa, de base fenomenológica, objetivou analisar as atividades de planejamento e de gestão ambientais desenvolvidas na área urbana de Palmas (TO), por parte do poder público municipal, considerando-se a percepção dos próprios indivíduos que realizam esse tipo de trabalho. Ao entrevistar 30 sujeitos, obtiveram-se resultados que possibilitam afirmar que, conforme suas percepções, há uma atividade de planejamento satisfatória por parte da Prefeitura de Palmas, com vários projetos que contemplam o campo ambiental urbano. No entanto, conforme as essências obtidas pelas descrições dos sujeitos, nota-se que fatores como a interferência política; a inadequada aplicação dos recursos financeiros, humanos e de infraestrutura; a falha de comunicação entre as secretarias; o organograma e a organização das pastas das secretarias; a existência de

uma gestão descontínua; a aplicação inadequada de políticas públicas e de governo, dentre outros problemas percebidos e listados pelos sujeitos, comprometem a execução de uma gestão ambiental urbana adequada às necessidades da população e do meio ambiente urbano de Palmas.

Palavras - chave: planejamento, gestão, meio ambiente urbano, método fenomenológico.

ABSTRACT - The urban growth and disorderly model of space occupation have contributed to the emergence and aggravation of urban environmental problems, requiring actions of appropriate planning and management. Based on this framework, this research, basic phenomenological, aimed to analyze the planning activities of and environmental management developed in the urban area of Palmas (TO), by the city government, considering the perception of the individuals who do this kind of work. When interviewing 30 people obtained results allow to state that, according to their perceptions, there is a satisfactory planning activity by the Palmas government, with several projects that address the urban environmental field. However, accordingly to the essences obtained through the interviewees descriptions , it is noted that there are factors, such as political interference; inappropriate use of infrastructure and financial and human resources; communication failure the secretariats, the organization chart and the secretarial duties, the existence of a discontinuous administration, the inadequate implementation of public and governmental policies, among other problems perceived and mentioned by the interviewees compromise the implementation of an appropriate environmental management appropriate related to the needs of the urban population and environment of Palmas.

Key-words: planning, management, urban environment, phenomenological method.

INTRODUÇÃO

A ação do ser humano sobre o ambiente possui enorme potencial transformador, de forma que as mudanças provocadas nem sempre são assimiláveis pelos ecossistemas, ameaçando assim o equilíbrio dinâmico dos sistemas naturais. Exemplo claro deste processo de transformação do ambiente natural é o desenvolvimento do espaço urbano (que se materializa na figura da cidade).

As cidades brasileiras vêm crescendo em um ritmo acelerado nas últimas décadas, gerando bruscas transformações em suas características ambientais e um desenho desordenado do processo de ocupação do espaço. Diante deste cenário, o poder público não tem conseguido atender de modo satisfatório às demandas em crescimento da população, gerando problemas associados a este modo de ocupação urbana; problemas estes intoleráveis mediante os limites de desenvolvimento do meio ambiente e da população.

Conforme Pedrosa (2006, p.3), “O crescente processo de urbanização no Brasil requer esforços de compreensão dos seus mecanismos determinantes bem como dos efeitos sobre a qualidade de vida das comunidades”. Verifica-se, então, a necessidade de ações de planejamento e gestão na medida em que estes subsidiam a organização do espaço urbano e sua melhor qualidade ambiental.

Nesta linha de raciocínio, justifica-se esta pesquisa, de modo a analisar como se tem dado o planejamento e a gestão ambiental no espaço urbano de Palmas (TO), considerando a percepção daqueles indivíduos diretamente envolvidos nessas atividades, no setor público municipal. Esta análise foi possível à luz da abordagem perceptiva, de base fenomenológica, com os gestores e técnicos da administração pública municipal.

Sendo assim, constituiu objetivo desta pesquisa analisar as atividades de planejamento e de gestão ambientais desenvolvidas na área urbana de Palmas

(TO), por parte do poder público municipal, a partir da percepção e avaliação dos técnicos e dos gestores públicos diretamente envolvidos com tais atividades, mediante método e técnicas de pesquisa fenomenológica.

O objeto de estudo foi tratado a partir da percepção e avaliação desses sujeitos, considerando suas vivências em relação ao tema. Pretendeu-se, assim, construir um retrato complementar às investigações usuais de cunho objetivo e daquelas baseadas no olhar da população, com foco em uma contribuição para uma análise mais abrangente da problemática ambiental urbana e dos seus enfrentamentos.

PLANEJAMENTO E GESTÃO: O HOMEM, O MEIO AMBIENTE E O MUNICÍPIO

A compreensão da relação do homem com o meio ambiente é de grande relevância, pois é a base para a discussão dos processos de ocupação, transformação, planejamento e gestão do espaço urbano, foco do estudo. Pinheiro (2004) afirma que a permanência do homem num determinado espaço interfere no ambiente, provocando alterações negativas e prejudicando a sua continuidade naquele espaço. Almeida *et al.* (2008, p.12) dizem que, “a rota traçada pela civilização conduz à depleção dos recursos naturais e à exploração do homem pelo homem”. Logo, é possível notar que a relação do homem com o meio em que vive é marcada por uma sequência de ações e consequências, as quais desestruturam a própria organização social do homem no meio.

É importante observar ainda que, conforme ressaltam Silveira e Sparenberger (2004), as questões ambientais não devem ser tratadas como algo externo ao ser humano; pois estas estão intrinsecamente ligadas à atuação social do homem. A relação do homem com o meio no qual vive ainda é envolvida por gargalos que a torna conflituosa e causam prejuízos recíprocos para ambas as partes. Esta relação homem e meio ambiente ocorre também no espaço urbano, imbuído de

grandes mudanças de caráter social, político, econômico e ambiental.

Para Milagres (2009, p.19) “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação e que impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele”. Os movimentos sociais se dão em grande parcela no meio urbano, decorridos sobre e com os usos, conscientes ou não, dos recursos dispostos na natureza (não desprezando os tão representativos movimentos sociais rurais, que visam especialmente à reforma agrária). Sendo assim, o espaço urbano pode ser compreendido como um conjunto complexo formado pela ação social, política e econômica sobre um sítio (meio físico), gerando uma materialização que é a cidade.

Este cenário poderia ser diferente, pois conforme definiram Giaretta *et al.* (2010, p.2), “o meio urbano é o *lócus* aonde se fomenta a construção de uma ação democrática de gestão, apoiado na participação social, como sustentação de um processo durável que não se esvai a cada troca de governo”. Logo, a própria produção do espaço urbano, associada ao rápido crescimento das cidades e à escassez de políticas públicas, ocasionou a formação de espaços urbanos caracterizados por problemas de ordem socioambiental.

Nesse contexto, o município torna-se palco das transformações urbanas e ambientais, sendo responsável civilmente e administrativamente pelo zelo do ambiente no qual está inserido, bem como da qualidade dos aspectos ambientais inerentes a este espaço. E, assim como descreve Nascimento (2008), o município é uma entidade administrativa na qual a problemática ambiental possui próxima relação com o cidadão, sendo a administração no âmbito municipal a grande tomadora de decisão e executora da gestão ambiental.

Vale salientar que é no território dos municípios que ocorrem os processos de crescimento econômico e populacional, promovendo, assim como afirma

Oliveira Júnior (2010, p.2), a deterioração da qualidade de vida com “a ampliação das carências sociais e dos serviços públicos e, ainda, a falência das políticas administrativas”. Logo, a gestão pública em âmbito municipal possui, de acordo os posicionamentos dos autores citados, função importante no controle dos processos de transformação do meio urbano dos municípios, bem como é capaz de subsidiar a adequação destas dentro das demandas ambientais de cada município.

Sendo que, para Segundo (2003, p.1), estes processos de transformação do meio, devem ter seu devido planejamento, pois uma cidade não se regula por si mesma. Logo, vale destacar as palavras de Monteiro (2008, p.132), que afirma que “planejar assenta em prever consequências e prover recursos materiais; ação tida como indispensável à gestão”. Trata-se de um processo racional, descrito por Almeida *et al.* (2008, p.12), ao afirmar que planejamento “é um processo rigoroso de dar racionalidade à ação; onde se deve enfrentar de maneira criativa as situações que se apresentam”. E, quando este planejamento volta-se para o cuidado com o meio ambiente, ou seja, quando seus objetivos incluem ações que priorizam o desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental, pode ser denominado de planejamento ambiental.

Em contrapartida, a ideia de gestão, conforme estudo de Souza (2006), pressupõe a efetivação de ações (planejadas ou não) no momento presente. Assim, diz respeito à administração imediata, por intermédio de tomadas de decisão que conduzem à solução de um problema. No que tange à gestão ambiental, esta abordagem, segundo Philippi Jr. e Bruna (2004, p. 699), exige dois olhares: “o primeiro se refere à compreensão do significado da expressão meio ambiente; e o segundo diz respeito à característica abrangente da gestão ambiental que envolve a saúde pública e o planejamento”.

Nesta linha de raciocínio, dois tópicos possuem relevância particular,

por serem considerados marcos de planejamento que implicam direta ou indiretamente sobre o meio ambiente urbano, são eles o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor. O Estatuto da Cidade surgiu no campo da política urbana brasileira a partir da aprovação da Lei 10.257/2001, a qual regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988; e que de acordo com Gadens e Hardt (2008, p.5), “trata-se de um avanço institucional, com relação às políticas de planejamento e desenvolvimento urbano no Brasil”; o qual deve prever, de acordo com Peres e Silva (2010), o Plano Diretor Municipal; pois o Plano Diretor “se transforma no principal instrumento para a gestão territorial, regulando o uso e a ocupação do solo e definindo parâmetros para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade”.

Como abordado até aqui, todo o processo de transformação do espaço urbano está estritamente relacionado com as características e a forma de atuação das políticas atuantes em um meio, no caso o urbano. Logo, interessante destacar os estudos de Philippi Jr. e Bruna (2004, p.680), que afirmam que a política é “a conjunção de ações voltadas para um determinado fim, idealizadas e realizadas individualmente, ou em grupo”. Assim, pode-se dizer que a política e a gestão, essencialmente, se relacionam até mesmo de modo ontológico, e que a suas existências são dependentes.

Mediante o exposto, vale ressaltar que neste estudo somente foram abordadas as políticas públicas que exercem influência sobre a área urbana de Palmas (TO), mais especificamente no que concerne ao planejamento e à gestão ambientais urbanos. Não é objetivo, portanto, estudar uma política de governo específica, no caso do atual ou de qualquer outro governo, mas sim todo o conjunto de diretrizes políticas municipais, considerando o recorte temporal delimitado pelos próprios sujeitos, em suas falas.

No que tange ao uso e ocupação de um espaço, as políticas públicas, ao

abordarem questões ambientais e se preocuparem com a mitigação dos impactos negativos sobre a qualidade ambiental, em função do processo de urbanização, podem ser consideradas eficazes quanto ao desenvolvimento urbano, de acordo com as considerações de Lima e Krüger (2004). Logo, todo o escopo de uma política pública deverá então ser traçado mediante as peculiaridades de cada localidade para qual é destinada, com objetivo de atender ao máximo às demandas daquela área e respectiva população.

O ESPAÇO URBANO DE PALMAS

O município de Palmas localiza-se na região Norte do Brasil, na porção central do Estado do Tocantins, tendo como ponto central as coordenadas geográficas 10° 11' 04" S e 48° 20' 01" O, apresentando uma extensão territorial de 2.218,937 Km². Situa-se na área do bioma Cerrado, com uma hidrografia caracterizada por um grande número de cursos d'água, sendo a maioria pertencente à bacia hidrográfica do rio Tocantins (FIGHERA, 2005). De acordo com o último censo do IBGE, o município possui 228.332 habitantes (IBGE, 2010), sendo 112.848 homens e 115.484 mulheres; deste total, 221.742 residem na zona urbana e 6.590 na zona rural, ou seja, 97% da população de Palmas reside em seu espaço urbano (IBGE, 2010).

O município de Palmas teve a sua pedra fundamental de construção lançada em 1989, conforme a Lei Estadual n° 70/89, e definida como capital do Estado do Tocantins pela Constituição Estadual do Tocantins, promulgada em 5 de outubro de 1989. Sua trajetória é abordada por diversos autores, dentre eles Teixeira (2009), Silva (2009), Lira (2011) e Reis (2011). Reis (2011, p.73) afirma que “a criação da capital do Estado do Tocantins foi a prática mais ressaltada pelo então governador Siqueira Campos na construção do seu projeto político para o Tocantins”; enquanto que Lira (2011) e Teixeira (2009) abordam este

assunto informando aos seus leitores a saga pela definição da capital provisória do recém criado Estado do Tocantins e também sobre a decisão da construção de uma capital. O que é consenso entre os estudiosos da criação de Palmas, é que esta etapa da história desta cidade foi pautada por conflitos políticos e por interesses particulares.

Uma etapa importante neste processo de criação da capital é relatado por Reis (2011), ao afirmar que “dentre as providências para criação da capital, houve a contratação dos serviços do Grupo Quatro Arquitetura Sociedade Simples Ltda.”, para fazer o estudo da região do quadrilátero previamente determinado (90x90 km). Esta região, de acordo com estudos de Teixeira (2009), foi identificada estrategicamente por Siqueira Campos, no centro geográfico do Estado, com objetivo de escolher uma área mais específica desse quadrilátero para ser erguida a capital. Desde então, se iniciou o processo de formação, transformação e ocupação da área urbana e rural de Palmas, a qual foi marcada desde o início pela forte e ativa atuação do poder público. Porém, contrariando o planejado, a ocupação e urbanização de Palmas ocorreram, conforme afirma Silva (2009, p. 129), de modo pulverizado: “o processo de ocupação de Palmas ocorreu de forma tão espalhada, considerando que a terra urbana estava originalmente nas mãos do governo estadual”.

Caracterizada por um traçado urbanístico horizontal, a cidade de Palmas teve o início de sua ocupação na área central, a qual abrigava as construções públicas e, conseqüentemente, recebia mais investimento em infraestrutura, processo que acabou gerando grande quantidade de vazios urbanos. Este modelo de ocupação é oneroso às cidades, como destaca Campos Filho (2001, p. 55): “assim também o poder o público é obrigado a pelo menos dobrar o seu investimento e o custeio das redes de serviços públicos, que dependem da extensão da cidade”. Este problema também foi abordado por Bazolli (2007), que investigou os efeitos desses vazios

sobre o custo de urbanização da cidade de Palmas – TO, enfatizando que tais tipos de terrenos interferem diretamente nas formas de crescimento das cidades, definindo a urbanização e causando problemas ambientais, quando observados sob a ótica da expansão urbana sobre a área rural.

Esta problemática tem sido recentemente discutida no âmbito legislativo e político em Palmas, ao ser colocada em pauta a possibilidade de expansão do perímetro urbano da cidade. Esse fato tem gerado grandes discussões, porém até o momento de finalização deste artigo, ainda não havia sido aprovado, ainda que exista forte pressão política de grupos ligados ao setor imobiliário local.

O processo de criação, construção e ocupação de Palmas, analisado sob a ótica de vários autores, permite assim afirmar o quão conflituosa é sua abordagem: enquanto uns a tratam como uma nova cidade, planejada e com aspectos humanistas e ecológicos, outros a veem como mais uma cidade que se criou e se desenvolveu à luz de velhos problemas urbanísticos, sociais, econômicos e ambientais.

Ainda analisando este processo de criação de Palmas, a leitura do Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas, datado do ano de 2002, possibilita visualizar o histórico das políticas públicas municipais de Palmas frente à legislação federal e estadual. Esse documento possibilita afirmar que as diretrizes gerais de política urbana municipal foram ditadas pela Lei Orgânica do Município de 1990, o Código de Posturas de 1992, a Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano de 1993 e pelo Plano Diretor Urbanístico de Palmas de 1994 (PALMAS, 2002).

Atualmente, o Plano Diretor de Palmas é orientado pela Lei Complementar nº 155 de 2007, a qual dispõe sobre a política urbana do município de Palmas, formulada para atender ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, conforme mencionado em seu texto.

Há contrastes e posicionamentos diversos quando da análise do Plano Diretor de Palmas, há autores que visualizam sua função legisladora e normativa, conforme mostram Segawa (1991) e Coriolano (2009) e outros com um posicionamento humanista e ambientalista, conforme estudos de Moraes (2006).

Entretanto, é importante destacar que, como leis, os planos diretores municipais devem focar a clareza, objetividade, eficácia e eficiência das suas propostas, de modo que os processos revisionais de seus conteúdos possam de fato aprimorá-los e não apenas mudar um ou outro artigo. Assim, a cada revisão, este instrumento de gestão deve se mostrar como um diferencial para a administração municipal e não apenas como mais uma lei.

A abordagem do histórico de criação e de ocupação de Palmas, além de suas características urbanísticas e socioambientais peculiares, denuncia o rápido processo de urbanização e os percalços decorrentes. Este aspecto pode apontar para uma questão muito importante neste momento: a igualmente rápida alteração do meio ambiente, a qual pode ocasionar problemas ambientais na cidade. Para tanto, a análise das leituras comunitárias, resultado das audiências públicas para elaboração do Plano Diretor Participativo de Palmas, descritas no Relatório de Consultas Públicas (PALMAS, 2006) apontaram as demandas da comunidade sobre os seguintes temas: desenvolvimento sustentável; gestão; habitação; infraestrutura; meio ambiente; mobilidade; e uso do solo.

Os problemas listados pela comunidade podem ser assim sintetizados: lixo (disposição inadequada, falta de coleta seletiva e infraestrutura adequada de gestão dos resíduos sólidos); falta de consciência e educação ambiental da população, falta de investimentos públicos, e políticas públicas; desmatamentos; falta de saneamento; ausência de programas ambientais integrados; assoreamento de córregos; baixa qualidade da arborização urbana e do tratamento paisagístico, bem como baixa socialização e humanização de áreas verdes; queimadas nas

áreas urbanas e rurais; uso e ocupação irregular das áreas de preservação; degradação de matas ciliares e bacias hidrográficas; falta de aplicação e fiscalização das leis ambientais; vazios urbanos; transporte público, iluminação e pavimentação inadequadas (PALMAS, 2006).

De um modo geral, um problema específico listado neste relatório representa e sintetiza todos estes outros problemas ambientais urbanos apresentados: impactos ambientais devidos à ocupação urbana. O processo de ocupação do espaço urbano de Palmas transforma o meio, ocasiona problemas e impactos de diversos níveis de degradação e alteração da estrutura natural do meio anterior à criação da cidade. Diante dessas questões, o presente artigo busca conhecer a percepção dos técnicos e gestores municipais envolvidos em atividades de planejamento e gestão ambientais na cidade de Palmas, no sentido de melhor compreender a origem, os modos de enfrentamento e as dificuldades para se lidar com os problemas listados.

MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA

Nesta pesquisa qualitativa, a base fenomenológica foi utilizada segundo os preceitos de Edmund Husserl (1859-1938), observando-se as transposições necessárias de um método filosófico ao campo da pesquisa empírica, de abordagem perceptiva. No método fenomenológico, não há uma diferença radical entre o sujeito e o objeto, sendo o mais importante a ligação propositiva entre os dois; ou seja, para a fenomenologia husserliana interessa a análise subjetiva (do interior) do sujeito e dos sujeitos humanos (BELLO, 2004). Para Merighi e Bonadio (1998) a fenomenologia não se propõe a fazer generalizações, princípios e leis; preocupa-se sim em mostrar e não demonstrar; ela não se ocupa com a explicação e sim com a descrição do fenômeno.

De acordo com Coltro (2000), os fenômenos de difícil quantificação são

os mais apropriados para serem analisados pelos métodos e procedimentos da pesquisa qualitativa. Moreira (2002, p.108) enfatiza que o método fenomenológico, qualitativo por natureza, “[...] enfoca fenômenos subjetivos na crença de que verdades essenciais acerca da realidade são baseadas na experiência vivida”. Logo, pode-se assim destacar a pertinência da pesquisa qualitativa, utilizando como método a fenomenologia, voltada para o estudo do planejamento e da gestão ambiental que, ao serem experienciados e vividos, tornam-se fenômenos de complexo entendimento, os quais se pretendeu abordar no presente estudo.

Os trabalhos que se tem notícia no campo da percepção ambiental, em geral, não aplicam diretamente o método fenomenológico, mantendo apenas a correlação pelo caráter humanista e pelo fato de se preocuparem com os aspectos da subjetividade. Neste artigo, buscou se manter mais próximo do método fenomenológico, ainda que pesem as dificuldades para sua aplicação *stricto sensu*, em decorrência da sua transposição do plano filosófico para o plano científico.

Essa transposição, segundo Moreira (2002), se inicia no fato de que, na pesquisa empírica, a experiência não é vivida pelo próprio pesquisador, mas pelos sujeitos da pesquisa. Tal característica exige cuidados para a aquisição dos dados verbais, que irão constitui a forma de acesso do pesquisador ao fenômeno experienciado pelos sujeitos. Outra característica da aplicação do método fenomenológico está na elaboração das reduções, que se trata de colocar em destaque a essência do fenômeno para os sujeitos, ou seja, o caráter atribuído (e não factual ou concreto) do fenômeno. Para Giorgi (2008), não há aplicação do método fenomenológico sem o procedimento da redução.

Sendo assim, a operacionalização deste estudo teve como base científica e metodológica aspectos próprios da pesquisa do tipo qualitativo e da sua forma de

aquisição de dados, tais como a utilização de ferramentas como questionários e entrevistas. Para a abordagem dos sujeitos, foi indispensável o reconhecimento da estrutura organizacional da administração pública municipal, o qual possibilitou estabelecer quais secretarias municipais de Palmas seriam pesquisadas. Para tanto, foi considerada a relação existente entre as atividades fins das secretarias e o objeto da pesquisa.

Assim, foram delimitadas as secretarias cujos técnicos e gestores formaram o *corpus* empírico desta pesquisa: Meio Ambiente e Serviços Públicos; Planejamento e Gestão; Infraestrutura; Educação; Saúde; Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Urbano e Habitação; e Finanças. Em cada uma dessas secretarias foram entrevistados os gestores e técnicos.

A escolha de uma amostra estatisticamente válida de indivíduos não foi fator importante para a pesquisa, pois se trata de um estudo qualitativo no qual não se objetivou extrapolar os resultados para uma população, mas sim caracterizar o grupo selecionado de modo a atingir suas essências em relação ao tema estudado, de modo semelhante a um estudo de caso. Em se tratando de tipos de amostras, esta pesquisa utilizou a do tipo cascata ou também conhecida como “bola de neve”. Nesse sentido, foram abordados sujeitos sugeridos por pessoas identificadas em um contato inicial, as quais indicavam outras pessoas cujo trabalho estivesse ligado à questão ambiental e assim por diante, gerando um “efeito cascata” de informações e sujeitos. Sendo assim, o grupo de sujeitos envolvidos nesta pesquisa foi delimitado em função do grau de relacionamento do sujeito com o órgão no qual desenvolvia suas atividades profissionais, com o objeto da pesquisa e com os sujeitos entre si.

Dessa maneira, foi possível obter um total de 30 sujeitos, entre técnicos e gestores municipais. As entrevistas com o grupo de sujeitos foi dividida em

duas etapas: na primeira foi utilizada como ferramenta uma pergunta chave/norteadora para a descrição: “Para você, como ocorreu e tem sido desenvolvido o planejamento e a gestão ambiental e urbana de Palmas?”; já na segunda etapa foi utilizado um questionário do tipo misto (questões abertas e fechadas), com vistas ao aprofundamento da abordagem.

Na primeira etapa das entrevistas foram abordados 10 sujeitos e na segunda etapa das entrevistas participaram 20 sujeitos. Na primeira etapa, as repostas dos sujeitos foram gravadas e posteriormente transcritas e sistematicamente analisadas, permitindo obter as reduções e unidades de significação mediante aplicação das técnicas de Giorgi (2008) e de Martins e Bicudo (1983, 1989).

Executada a primeira etapa, as respostas dos sujeitos foram então transcritas e analisadas utilizando como metodologia a abordagem perceptiva, de cunho fenomenológico; sendo que após as transcrições procedeu-se às reduções fenomenológicas e delimitação das significações, de modo que este desencadear de ações permitiu a elaboração de um quadro de unidades de significações.

Os estudos de Giorgi (2008) e de Martins e Bicudo (1983, 1989), discorrem sobre este processo de análise das descrições a qual, segundo os autores, pode ser feita nas seguintes fases: leitura global e releitura da descrição; após identificar as unidades de significados (trechos alusivos a um tema específico), o pesquisador elabora a redução, percorrendo todas as unidades identificadas e expressando o significado contido nelas, reescrevendo-as com a linguagem própria de sua disciplina; e síntese das reduções, transformando-as em essências (categorizadas).

Os procedimentos e as técnicas de investigação tiveram como subsídio também o trabalho de Whyte (1977), voltado à execução de pesquisas no campo da percepção ambiental, cujas técnicas baseiam-se na combinação de

três abordagens principais: “observando”, “ouvindo” e “perguntando”, conjunto denominado de “triângulo metodológico”. Na primeira etapa, as entrevistas atenderam ao “ouvindo” e, na segunda etapa, os questionários atenderam ao “perguntando”, conforme o triângulo metodológico de Whyte (1977).

As respostas obtidas com o uso do questionário (segunda etapa), em geral mais curtas que as descrições obtidas na primeira etapa, também foram sistematicamente analisadas. Porém, nesta etapa o procedimento de análise das questões abertas partiu de imediato para as essências e suas interpretações no campo do planejamento e da gestão ambientais urbanos, utilizando trechos das falas dos sujeitos para remeter ao conteúdo da entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foram feitas leituras das descrições obtidas pelas respostas dos sujeitos à pergunta chave desta etapa, com objetivo de obter o sentido do todo, familiarizar-se com o texto e compreender o que estava subentendido nestas falas. Esta primeira leitura permitiu obter as reduções fenomenológicas de todas as descrições, conforme se pode observar nos exemplos de dois sujeitos: D4 e D5¹:

***Redução Fenomenológica (sujeito D4):** O planejamento ambiental trata do ordenamento dentro do espaço urbano; e a gestão é posterior; o que deveria acontecer; ou seja, tendo uma ação implantada posteriormente viria a gestão. O planejamento que há em Palmas é de caráter territorial; porém não houve o acompanhamento por parte da gestão; nem por parte de prefeitos e nem de seus auxiliares.*

***Redução Fenomenológica (sujeito D5):** O que se planejou para Palmas no passado, quanto a ser uma capital ecológica, não foi implementado; ou seja, o*
1 Em função das descrições obtidas serem, em geral, demasiadamente longas, optou-se por mostrar apenas os exemplos das reduções fenomenológicas, que foram construídas a partir das transcrições integrais das descrições dos sujeitos.

presente não atingiu os objetivos do passado. A relação entre o planejamento e a gestão não ocorre de forma harmônica, pois há um choque de conflito entre o que foi planejado do ponto de vista ambiental e as ações que são executadas e a própria legislação. Não se nota o planejamento ambiental acontecer em Palmas. Os projetos e ações não transpõem as barreiras das reuniões, dos documentos, dos relatos políticos.

Uma releitura destas descrições e das reduções possibilitou então a identificação das unidades de significado expressas nas falas dos sujeitos, objetivando chegar à estrutura do fenômeno e à sua essência. Assim, tomando como exemplo as reduções das descrições dos sujeitos D4 e D5 acima descritas, seguem as essências destas reduções:

Significações (essências) (sujeito D4): Houve um planejamento do ponto de vista territorial em Palmas, uma capital planejada; o qual não foi acompanhado pela sua gestão.

Significações (essências) (sujeito D5): A proposta de capital ecológica para Palmas não está sendo executada. O relacionamento entre o planejamento e a gestão ambiental no município não é harmônico em função do choque de objetivos e resultados, apresentado pelo que se é planejado e o que é executado.

A partir da definição das essências de todos os sujeitos, estas foram sistematizadas e categorizadas, conforme mostra a Tabela 1.

Os resultados apresentados para esta primeira etapa de coleta de dados da pesquisa serviram para traçar um panorama geral da sua problemática. A ausência de uma hipótese prévia, de acordo com os preceitos do método fenomenológico, permitiu que o sentido da investigação fosse revelado pelos próprios sujeitos, por meio de suas descrições, tornando possível o delineamento da segunda etapa desta pesquisa.

Tabela 1: *Unidades de significação (essências) – abordagem ouvindo 1ª etapa.*

UNIDADES DE SIGNIFICAÇÕES (ESSÊNCIAS)	DESCRIÇÕES (Dx)	QUANTIDADE DE DESCRICOES
Relação entre políticas ambientais e legislação com o planejamento e a gestão ambiental urbano	D1; D2; D3; D4; D7	5
Incompatibilidade, descontinuidade e desarmonia entre planejamento e gestão no município de Palmas	D2, D4; D5; D6; D9	5
Implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos como exemplo de planejamento e gestão ambiental municipal	D6; D7; D10	3
Utilização de instrumentos da política de meio ambiente (licenciamento, monitoramento, fiscalização)	D1, D2; D7	3
O plano diretor é mais bem abordado no âmbito do ordenamento territorial	D4; D7; D8	3
Importância da integração, comunicação, intersecretorialidade e transectorialidade entre as secretarias, e entre secretarias e outros órgãos	D1, D3; D8	3
Falta de estrutura direcionada da secretaria de meio ambiente e suas limitações de gestão	D2; D8	2
O planejamento ambiental de Palmas é deficiente	D7; D8	2
Há diversos vieses sobre o slogan “Capital ecológica” para Palmas	D5; D6	2
Os programas habitacionais e sua relação com a gestão municipal	D3	1
Os resultados e “lucros” das ações ambientais para o município são pouco valorizados	D6	1
Há muitos avanços e desafios do planejamento e gestão ambientais a serem superados	D7	1

De modo geral, foi possível perceber através da análise das descrições que os gestores e técnicos não estão satisfeitos com a forma que a administração pública municipal planeja e gerencia este município em virtude de diversos fatores, como desarmonia e incompatibilidade entre políticas públicas e as leis que deveriam ordenar este espaço; bem como ineficiente comunicação entre os órgãos e os próprios servidores; e ainda interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos. Nota-se, pelas descrições dos sujeitos, que há o conhecimento das causas dos problemas; no entanto a solução para eles parece ainda ser algo inatingível.

Na segunda etapa foram obtidas, através de questionários, as características gerais dos sujeitos, os quais possuem idade média de 40 anos, sendo 13 do sexo masculino e 7 dos sexo feminino; todos (20) possuem formação escolar em nível superior, com um tempo médio de residência em Palmas de 15 anos; sendo 6 anos o tempo médio de desempenho no cargo atual; e, do total de sujeitos, 15 sendo concursados e 5 contratados.

Para os sujeitos, as palavras que definem Planejamento são: “organização”, “definição”, “previsão”, “reflexão”, “pensar”, “diagnosticar”, “ordenar”, “gestão”, “transdisciplinaridade”, “sustentabilidade”, “gestão”, “pró-atividade” e “lógica”; sendo que a que mais de destacou foi “organização”. Já em relação à palavra “gestão”, os sujeitos destacaram: “execução”, “administração”, “planejamento”, “competência”, “equilíbrio”, “realização”, “justa”, “direção”, “ação”, “organização”, “gerir”, “irresponsável”; “dedicação”; “cumprimento” e “condução”; sendo que a que mais se destacou foi “execução”.

Nota-se uma gama variada de conceitos e relações, cada qual representando a percepção do sujeito, condicionada ao seu conhecimento e experiência na sua área de atuação e às ações que executa. Retomando os autores estudados, vale aqui destacar Souza (2006, p.21) que afirma que “planejar significa tentar

simular os desdobramentos de um processo; ação racional em busca de um objetivo pré-definido”. E ainda Monteiro (2008, p.132), ao destacar que “planejar assenta em prever consequências e prover recursos materiais; ação tida como indispensável à gestão”.

Dos 20 sujeitos entrevistados, 17 (85%) lidam diretamente com questões relacionadas ao meio ambiente, 2 sujeitos (10%) não lidam e apenas 1 sujeito (5%) lida indiretamente, conforme suas próprias respostas²; e, deste total de sujeitos, 15 (75%) afirmam que Palmas não é uma Capital Ecológica. Foi interessante observar que, em função dos sujeitos terem sido indicados uns pelos outros, em geral, os sujeitos relacionam a questão de planejamento e gestão ambientais urbanos apenas às áreas afins; pormenorizando as demais áreas da administração pública que também interferem, talvez em menor grau, no quesito meio ambiente.

Analisando o grau de interferência do Plano Diretor nas atividades executadas pelas secretarias pesquisadas, nota-se que há o conhecimento desta lei como norteadora e fornecedora de diretrizes para atuação das secretarias, como se pode observar nos seguintes trechos das respostas dos entrevistados:

“O Plano Diretor e a lei de uso do solo dão diretrizes de atuação, pois apontam possíveis riscos que a população está submetida, além de apontar área de uso do solo”. (Sujeito D4)

“Interfere quando das definições de usos e ocupações do solo e áreas públicas”. (Sujeito D7)

De modo geral, os sujeitos se posicionaram contra a atual proposta de

2 Todos os sujeitos foram selecionados a partir de indicação por superiores ou por colegas de trabalho, que os julgaram atuando direta ou indiretamente com questões ambientais, ainda que dois deles considerem seu trabalho desvinculado dessas questões. Tal fato pode indicar pouca clareza acerca do próprio significado do trabalho executado, em especial considerando sua relação com as questões ambientais no município.

expansão do perímetro urbano de Palmas. Todos concordam em dizer que estas mudanças propostas interfeririam na qualidade ambiental urbana, principalmente quando, de acordo com suas respostas, destacam a possibilidade destas novas áreas não possuírem infraestrutura adequada e prestação de serviços públicos de necessidade básica, pelo simples fato de não haver estrutura adequada nestes órgãos para atenderem estas demandas. Este posicionamento pode ser expresso claramente por meio dos seguintes relatos dos sujeitos:

“Provocaria ocupações em áreas sem infraestrutura”. (**Sujeito D1**)

“Não há estrutura e nem recursos para atender a estas mudanças”. (**Sujeito D2**)

Em uma escala de 0 a 10, os sujeitos pontuaram o planejamento e a gestão ambiental atualmente desenvolvidos em Palmas, com uma nota média de 5. Outros sujeitos percebem que há necessidade de um melhor planejamento e que a gestão caminha a passos mais firmes, sendo mais palpável ou mensurável que o planejamento. Isso mostra, conforme Souza (2003), que atualmente há uma ênfase na gestão, em detrimento ao planejamento, uma vez que o autor afirma que “longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares” (SOUZA, 2003, p. 46).

A observação das respostas dos gestores e técnicos quanto à percepção em relação ao planejamento e gestão, com foco na área ambiental, permitiu apontar para uma pouca atuação do município quanto à execução das ações planejadas e, quando há intervenções na área ambiental, são ações de caráter emergencial, portanto caracterizadas como gestão (não planejada ou incidental).

Dentre os sujeitos, há consenso em afirmar que o que foi planejado não é executado, de modo a ressaltarem que o planejamento inicial foi bem elaborado por técnicos qualificados, porém, segundo suas percepções, sem que a gestão

executasse o planejado. Os sujeitos afirmam ainda que a realidade municipal atual é diferente daqueles tempos (início da década de 1990) e que interferências políticas, falta de priorização de ações e revisões do próprio Plano Diretor proporcionam uma gestão diferente do planejamento inicial da capital.

Os relatos em relação ao grau de conhecimento, experiência ou formação dos que estão envolvidos com o planejamento e gestão ambientais urbanos de Palmas apontaram para uma nota média de 5,8 (entre 0 e 10). Importante frisar é que os sujeitos entrevistados afirmaram em seus apontamentos que a interferência política atua fortemente neste contexto e por vezes de modo negativo, pelo fato de haver divergências de formações e atuações.

Quanto à comunicação entre as secretarias do município de Palmas, a percepção dos sujeitos se mostrou negativa, com nota média de 5 (entre 0 e 10); que segundo eles está relacionada à falta do exercício de atividades integradas e de harmonia entre as equipes técnicas (gestores e técnicos). E, quando questionados se mudariam algo na estrutura organizacional das secretarias municipais, entre os gestores e técnicos, 70%, disseram que sim; sendo que o foco principal abordado seria o redimensionamento estrutural e funcional (atribuições).

Em relação à atuação do poder público municipal e seus efeitos positivos, as ações que mais repercutiram entre os sujeitos foram: a coleta seletiva e as ações ligadas à utilização das áreas verdes e APP's, e projetos de arborização.

Com um cunho auto-analítico, no questionamento referente às falhas do poder público municipal, os sujeitos destacaram com mais veemência a interferência política e o planejamento e gestão desenvolvidos sem opiniões dos técnicos especializados e a comunidade. Em sua maioria, estas ações estão previstas no Plano Diretor de Palmas, porém, o que se observa por meio da percepção

dos sujeitos é que, mesmo tendo sido executadas estas ações, ainda assim não ocorrem em sua amplitude, conforme diretrizes da lei.

Dentre os problemas ambientais mais presentes na cidade, os entrevistados destacaram as queimadas, o desmatamento, a coleta seletiva implantada em poucas quadras da cidade, a disposição inadequada de resíduos, o assoreamento de córregos, a ocupação inadequada de APP's, a falta de educação ambiental, o uso inadequado do solo, e o não cumprimento da legislação.

É importante ressaltar que, assim como vem ocorrendo atualmente, há servidores municipais que desempenham funções que não possuem correlação com sua formação técnica, ou ainda que sequer possuem experiência na área de atuação. Em razão de problemas como inadequada aplicação/priorização de recursos financeiros e humanos, as ações de gestão possuem caráter emergencial, ou seja, são executadas mediante as necessidades que aparecem e, em geral, as ações planejadas acabam não sendo executadas, salvo algumas exceções.

Em relação à participação da população nas discussões de revisão do Plano Diretor, assim como em recentes discussões sobre possíveis alterações na lei (redefinição do perímetro urbano), observa-se interesse de alguns setores em participar. No entanto, acompanhando as audiências, é fácil notar que há predomínio de opiniões políticas, sendo que a participação da população fica restrita a poucos que se disponibilizam a participar destas audiências, pois, em geral, são pouco divulgadas, ou ainda ocorrem em dias e horários inapropriados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou conhecer a percepção de gestores e técnicos do poder público municipal em relação às atividades de planejamento e de gestão ambientais urbanos em Palmas (TO), por meio de uma abordagem fenomenológica.

A análise do Plano Diretor de Palmas permite inferir que se trata de um documento bem elaborado e obediente às normativas de elaboração estabelecidas pelo Estatuto da Cidade. No entanto, quando esta análise é transposta do campo teórico (texto legal) para o campo da prática, nota-se que grande parte do que foi planejado acaba não sendo executado ou executado com adaptações a necessidades momentâneas, conforme a percepção dos sujeitos.

De modo semelhante, observou-se que os gestores e técnicos demonstram possuir um conhecimento geral e teórico sobre a questão do planejamento e da gestão ambientais urbanos; porém, na prática, parece não haver uma aplicação coerente deste conhecimento, por vezes por falta de oportunidade e direito à voz, conforme foi revelado.

Segundo a percepção dos sujeitos, a administração pública municipal de Palmas sofre significativa interferência política, ocorrendo ainda a priorização de interesses particulares em detrimento aos interesses coletivos, fato este que causa atraso e deficiências de planejamento e gestão.

As ações de planejamento e gestão ambientais voltadas para a área urbana em Palmas, por parte do conjunto de secretarias participantes da pesquisa, mostrou ser pouco eficiente, tendenciosamente política e individualista, conforme verificado entre os sujeitos.

Outro aspecto a ser destacado neste momento refere-se aos avanços nos estudos utilizando o método fenomenológico, que nesta pesquisa foi utilizado com fins de investigação empírica no campo ambiental. Os resultados apontaram para uma possibilidade significativa de emprego deste método estudos qualitativos de cunho socioambiental.

Esta pesquisa não apresenta caráter conclusivo, firmando ser o universo da administração pública muito mais extenso do que o que foi aqui abordado.

Logo, esta pesquisa aponta possibilidades de outras investigações nesta área, de modo a analisar aspectos adicionais do poder público municipal de Palmas e a aprofundar as discussões, a partir de novas hipóteses que emergem da percepção dos próprios sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R.; *et al.* (2008). Gestão Ambiental. In: ALMEIDA, J. R.; *et al.* Política e Planejamento Ambiental. 3 ed. Rio de Janeiro: Thex, p. 3-41.
- BELLO, A. A. (2004). Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião. Bauru: Edusc.
- BAZOLLI, J. A. (2007). Os Efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da Cidade de Palmas – TO. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Pós-Graduação em Ciência do Ambiente - UFT. Palmas, 154 f.
- BRASIL. Estatuto da cidade (2002). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 273 p.
- _____. Lei nº 10.257 (2001). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- _____. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- CAMPOS FILHO, C. M. (2001). O processo de urbanização visto do interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. In: CAMPOS FILHO, C. M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel.
- COLTRO, A. (2000). A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 1, 1º trim.

- CORIOLOANO, G. P. (2009). Relatório Estadual de Avaliação dos Planos Diretores Participativos - Estado do Tocantins. (Relatório de pesquisa). 37 p.
- FIGHERA, D. R. (2005). A efetividade do projeto de cidade ecológica de Palmas (TO) pelos seus espaços verdes. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas – TO, 187p.
- GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A. (2008). Aplicação do Estatuto da Cidade como Instrumento de Reestruturação de Áreas Urbanas Centrais. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis – SC. Disponível em: << <http://www.anppas.org.br/encontro5/index.php?p=gt#gt3>>>. Acesso em 15 dez 2010.
- GIARETTA, J. B. Z.; *et al.* (2010). Gestão Ambiental Municipal no Brasil: Condicionantes à Participação Social. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis – SC. Disponível em: << <http://www.anppas.org.br/encontro5/index.php?p=gt#gt3>>>. Acesso em 15 dez 2010.
- GIORGI, A. (2008). Sobre o método fenomenológico utilizado como método de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 386-409.
- IBGE (BRASIL). (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Disponível em: << <http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>>. Acesso em: 27 jan 2011.
- LIMA, P. R.; KRÜGER, E. L. (2004). Políticas públicas e desenvolvimento urbano sustentável. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba, n. 9, jan./jun, p. 9-21.
- LIRA, E. R. (2011). Sobre a geopolítica da construção de Palmas e as contradições de seu planejamento. In: LIRA, E. R. A gênese de Palmas – Tocantins – A Geopolítica de (Re)Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, p. 171-226.
- MARTINS, J., BICUDO, M. A. V. (1983). Estudos sobre existencialismo, Fenomenologia

- e Educação. São Paulo: Centauro Editora, v. 2ª ed..
- _____. (1989). A pesquisa qualitativa em psicologia. Fundamentos e recursos básicos. São Paulo: EDUC-MORAES, v. 1. 110 p.
- MERIGHI, M. A. B.; BONADIO, I. C. (1998). A vivência de alunos de graduação em enfermagem na assistência em saúde da mulher em uma comunidade de baixa renda – Uma abordagem fenomenológica. Rev.. Esc. Enf. USP. v. 32, n. 2, p.109-116.
- MILAGRES, V. R. (2009). Paisagem e efeitos do turismo: uma abordagem perceptiva com os moradores do Distrito de Taquaruçu, Palmas (TO). 155 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009, 155 f.
- MONTEIRO, C. A. F. (2008). A cidade como reflexo da Relação Homem-Natureza. Limitações do Planejamento. In: MONTEIRO, C. A. F. Geografia Sempre: o homem e seus mundos. Campinas: Edições Territorial, p. 125-147.
- MORAES, L. M. (2006). A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Ed. da UCG, 2ª ed., p. 141-151.
- MOREIRA, D. A. (2002). O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson.
- NASCIMENTO, D. T. (2008). Fatores determinantes da gestão ambiental municipal: um estudo inicial. IV Encontro Nacional da ANPPAS, 2008, Brasília – DF. Disponível em <<<http://www.anppas.org.br/encontro4/index.php?p=gt>>>. Acesso em 17 dez 2010.
- OLIVEIRA JUNIOR, A. B. (2010). Considerações Sobre Políticas Públicas e Mudanças Climáticas: O Caso de Ubatuba (SP). V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis – SC. Disponível em <<<http://www.anppas.org.br/encontro5/index.php?p=gt#gt3>>>. Acesso em 15 dez 2010.
- PALMAS. Prefeitura de Palmas. (2006). Relatório – Consultas Públicas. Plano Diretor

- participativo de desenvolvimento territorial do município de Palmas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
- _____ (2002). Instituto de Planejamento Urbano de Palmas. Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas. Plano diretor de Ordenamento Territorial. Palmas.
- PEDROSA, I. V. (2006). Políticas Públicas Municipais Relacionadas com a Melhoria do Ambiente Urbano no Estado de Pernambuco: Limitações e Possibilidades. III Encontro da ANPPAS, Brasília – DF, 2006. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/index.html>>. Acesso em 17 dez 2010.
- PERES, R. B.; SILVA, R. S. (2010). A relação entre Planos de Bacia Hidrográfica e Planos Diretores Municipais: Análise de Conflitos e Interlocações visando Políticas Públicas Integradas. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis – SC. Disponível em <<<http://www.anppas.org.br/encontro5/index.php?p=gt#gt3>>>. Acesso em 15 dez 2010.
- PHILIPPI Jr., A.; BRUNA, G. C. (2004). Política e gestão ambiental. In: PHILIPPI Jr., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Org.) Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, p. 656-711.
- PINHEIRO, E. S. (2004). Percepção Ambiental e a Atividade Turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi - PR. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR. 146 f.
- REIS, P. O. B. (2011). Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas - TO (1990-2010). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, xi, 227f
- SEGAWA, H. (1991). Palmas: Cidade nova ou apenas uma nova cidade?. Revista Projeto, nº 146. Edição Especial 13º Congresso.
- SEGUNDO, R. (2003). O planejamento urbano municipal e o meio ambiente. Jus

- Navigandi, Teresina, a. 7, n. 63. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3836>>. Acesso em: 12 ago 2011.
- SILVA, J. M. P. (2009). Segregação socioespacial: contradições presentes em Palmas/TO. Revista de Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, EESC-USP. p. 124 – 132.
- SILVEIRA, A. C.; SPAREMBERGER, R. F. L. (2004). A relação homem e meio ambiente e a reparação do dano ambiental: reflexões sobre a crise ambiental e a teoria do risco na sociedade. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental – Universidade de Caxias do Sul – UCS, 23f.
- SOUZA, L. B.. (2006). Percepção dos riscos de escorregamentos na Vila Mello Reis, Juiz de Fora (MG): contribuição ao planejamento e à gestão urbanos. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. – Rio Claro: [s.n.], 201 f.
- SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 45-82.
- TEIXEIRA, L. F. C. (2009). Dossiê cidades planejadas na Hinterlândia. Revista UFG, Ano XI nº 6, p. 91-99.
- WHYTE, A. V. T. (1977). Guidelines for fields studies in environmental perception. Paris: UNESCO. (MAB Technical Notes, 5).